Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

Dfs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 3

Demonstração do Resultado 4

Demonstração do Resultado Abrangente 5

Demonstração do Fluxo de Caixa 6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020 7

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019 8

Demonstração de Valor Adicionado 9

Relatório da Administração/comentário do Desempenho 10

Notas Explicativas 17

Pareceres E Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva 43

Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras 46

Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente 47

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.956.692.000
Preferenciais	0
Total	1.956.692.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	4.130.744	3.286.422
1.01	Ativo Circulante	1.320.747	305.742
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.038.528	101.007
1.01.03	Contas a Receber	98.456	60.463
1.01.03.01	Clientes	98.456	60.463
1.01.04	Estoques	79.185	57.480
1.01.06	Tributos a Recuperar	89.173	79.377
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	89.173	79.377
1.01.06.01.01	Crédito de imposto de renda e contribuição social	33.975	31.199
1.01.06.01.02	Outros créditos fiscais a recuperar	55.198	48.178
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	15.405	7.415
1.01.08.03	Outros	15.405	7.415
1.02	Ativo Não Circulante	2.809.997	2.980.680
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	45.994	103.505
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	45.994	103.505
1.02.01.10.03	Depósitos vinculados	40.855	74.841
1.02.01.10.04	Crédito de imposto de renda e contribuição social	1.454	1.454
1.02.01.10.05	Outros créditos fiscais a recuperar	3.442	26.930
1.02.01.10.06	Direito de Uso	120	0
1.02.01.10.07	Outros ativos não circulantes	123	280
1.02.03	Imobilizado	2.758.694	2.871.718
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.730.080	2.871.454
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	28.614	264
1.02.04	Intangível	5.309	5.457
1.02.04.01	Intangíveis	5.309	5.457

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	4.130.744	3.286.422
2.01	Passivo Circulante	195.434	316.941
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.122	7.011
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	9.122	7.011
2.01.02	Fornecedores	124.501	230.341
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	124.501	230.341
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	56.228	60.499
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	33.538	60.499
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	33.538	60.499
2.01.04.02	Debêntures	22.690	0
2.01.05	Outras Obrigações	5.583	19.090
2.01.05.02	Outros	5.583	19.090
2.01.05.02.04	Dividendos	2.103	15.604
2.01.05.02.05	Outras obrigações fiscais e regulatórias	2.853	2.772
2.01.05.02.06	Outros passivos circulantes	627	714
2.02	Passivo Não Circulante	1.809.941	864.135
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.636.146	733.217
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	780.508	733.217
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	780.508	733.217
2.02.01.02	Debêntures	855.638	0
2.02.02	Outras Obrigações	142.995	107.140
2.02.02.02	Outros	142.995	107.140
2.02.02.02.03	Ressarcimentos às distribuidoras	139.329	106.095
2.02.02.02.05	Outros passivos não circulantes	3.666	1.045
2.02.03	Tributos Diferidos	30.800	23.778
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	30.800	23.778
2.03	Patrimônio Líquido	2.125.369	2.105.346
2.03.01	Capital Social Realizado	1.956.692	1.956.692
2.03.04	Reservas de Lucros	168.686	148.654
2.03.04.01	Reserva Legal	9.320	8.213
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	159.366	140.441
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-9	0

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	618.309	219.027
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-501.219	-250.524
3.02.01	Depreciação e amortização	-110.908	-55.836
3.02.02	Combustível para produção de energia elétrica	-111.051	-53.489
3.02.03	Energia elétrica comprada	-108.142	-45.081
3.02.04	Materiais e serviços de terceiros	-77.074	-31.891
3.02.05	Encargos de uso de rede elétrica e de conexão	-42.231	-24.339
3.02.06	Pessoal	-24.544	-16.933
3.02.07	Transações no mercado de energia de curto prazo	-6.340	-16.108
3.02.08	Outros	-20.929	-6.847
3.03	Resultado Bruto	117.090	-31.497
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.264	318.826
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.486	-2.158
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	222	320.984
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	114.826	287.329
3.06	Resultado Financeiro	-86.002	-29.605
3.06.01	Receitas Financeiras	6.978	7.520
3.06.02	Despesas Financeiras	-92.980	-37.125
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	28.824	257.724
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-6.689	-90.279
3.08.01	Corrente	337	-46.958
3.08.02	Diferido	-7.026	-43.321
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	22.135	167.445
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	22.135	167.445
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,01131	0,07832
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,01131	0,07832

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	22.135	167.445
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-9	-4.396
4.02.01	Remensuração de obrigações com aposentadoria	-13	0
4.02.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos - obrigações com aposentadoria	4	0
4.02.03	Ganhos não realizados em operações de HFC originadas no exercício	0	560
4.02.04	IR e CS diferidos - ganhos não realizados em operações de HFC originadas no exercício	0	-190
4.02.05	Perdas realizadas em operações de HFC originadas no exercício	0	-4.766
4.03	Resultado Abrangente do Período	22.126	163.049

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	222.477	206.617
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	230.746	346.219
6.01.01.01	Lucro antes dos tributos	28.824	257.724
6.01.01.02	Depreciação e amortização	110.908	55.836
6.01.01.03	Juros e variação monetária	91.007	32.606
6.01.01.04	Outros	7	53
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	17.999	-92.644
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-37.993	-60.430
6.01.02.02	Crédito de imposto de renda e contribuição social	-2.776	-31.009
6.01.02.03	Outros créditos fiscais a recuperar	45.881	-74.677
6.01.02.04	Estoques	-21.705	-57.480
6.01.02.05	Outros ativos	-7.729	-7.300
6.01.02.06	Fornecedores	4.360	28.109
6.01.02.07	Outras obrigações fiscais e regulatórias	-183	1.758
6.01.02.08	Obrigações trabalhistas	2.111	1.157
6.01.02.09	Ressarcimento às distribuidoras	33.234	106.095
6.01.02.10	Outros passivos	2.799	1.133
6.01.03	Outros	-26.268	-46.958
6.01.03.01	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	0	-46.958
6.01.03.02	Pagamento de juros sobre financiamento	-26.268	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-137.283	-246.465
6.02.01	Aplicação no imobilizado e intangível	-137.283	-318.351
6.02.02	Indenização por descumprimentos contratuais por atraso na conclusão de obra	0	71.886
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	852.327	-153.541
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	0	99.893
6.03.02	Emissão de debêntures	850.214	0
6.03.03	Pagamento de financiamento	-17.629	0
6.03.04	Aumento de capital	0	50.156
6.03.05	Redução de capital	0	-225.461
6.03.06	Depósitos vinculados ao serviço da dívida	35.384	-73.363
6.03.07	Realização de hedge de fluxo de caixa	0	-4.766
6.03.08	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-15.604	0
6.03.09	Pagamento de arrendamentos	-38	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	937.521	-193.389
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	101.007	294.396
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.038.528	101.007

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.956.692	0	148.654	0	0	2.105.346
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.956.692	0	148.654	0	0	2.105.346
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-2.103	0	-2.103
5.04.14	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-2.103	0	-2.103
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	22.135	0	22.135
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	22.135	0	22.135
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	20.032	-20.032	-9	-9
5.06.04	Remensuração de obrigações com aposentadoria	0	0	0	0	-9	-9
5.06.05	Reserva legal	0	0	1.107	-1.107	0	0
5.06.07	Reserva de retenção de lucros	0	0	18.925	-18.925	0	0
5.07	Saldos Finais	1.956.692	0	168.686	0	-9	2.125.369

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	600.000	1.531.997	0	-3.187	4.396	2.133.206
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	600.000	1.531.997	0	-3.187	4.396	2.133.206
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.356.692	-1.531.997	0	-15.604	0	-190.909
5.04.01	Aumentos de Capital	50.156	0	0	0	0	50.156
5.04.08	Capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	1.531.997	-1.531.997	0	0	0	0
5.04.09	Redução de capital	-225.461	0	0	0	0	-225.461
5.04.10	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-15.604	0	-15.604
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	167.445	-4.396	163.049
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	167.445	0	167.445
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-4.396	-4.396
5.05.02.06	Valor justo de hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	-4.396	-4.396
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	148.654	-148.654	0	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	8.213	-8.213	0	0
5.06.05	Reserva de retenção de lucros	0	0	140.441	-140.441	0	0
5.07	Saldos Finais	1.956.692	0	148.654	0	0	2.105.346

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	707.508	604.620
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	707.286	250.919
7.01.02	Outras Receitas	222	353.701
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-362.616	-177.481
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-111.051	-53.489
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-77.936	-32.328
7.02.04	Outros	-173.629	-91.664
7.02.04.01	Energia elétrica comprada para revenda	-108.142	-45.081
7.02.04.02	Encargos de uso de rede elétrica e de conexão	-42.231	-24.339
7.02.04.03	Transações no mercado de energia de curto prazo	-6.340	-16.108
7.02.04.04	Outros	-16.916	-6.136
7.03	Valor Adicionado Bruto	344.892	427.139
7.04	Retenções	-110.908	-55.836
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-110.908	-55.836
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	233.984	371.303
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	6.978	7.520
7.06.02	Receitas Financeiras	6.978	7.520
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	240.962	378.823
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	240.962	378.823
7.08.01	Pessoal	22.191	14.973
7.08.01.01	Remuneração Direta	10.959	8.832
7.08.01.02	Benefícios	6.324	3.980
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.973	1.074
7.08.01.04	Outros	2.935	1.087
7.08.01.04.01	Participação nos resultados	2.935	1.087
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	94.214	156.377
7.08.02.01	Federais	76.347	149.439
7.08.02.02	Estaduais	17.468	6.938
7.08.02.03	Municipais	399	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	94.655	37.956
7.08.03.01	Juros	92.341	34.084
7.08.03.02	Aluguéis	1.794	883
7.08.03.03	Outras	520	2.989
7.08.03.03.01	Outras despesas financeiras	520	2.989
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	2.103	18.791
7.08.04.02	Dividendos	2.103	15.604
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	0	3.187
7.08.05	Outros	27.799	150.726
7.08.05.01	Reserva legal	1.107	8.213
7.08.05.02	Encargos setoriais	7.767	2.072
7.08.05.03	Reserva de retenção de lucros	18.925	140.441

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Usina Termelétrica Pampa Sul S.A. ("Pampa Sul" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Companhia tem como objeto social a geração de energia elétrica por meio da operação da Usina Termelétrica Pampa Sul ("Usina"), localizada no município de Candiota (RS), que utiliza o carvão mineral como fonte de energia. A Usina, de 345,0 MW de capacidade instalada e 323,5 MW médios de capacidade comercial, vendeu em 28.11.2014, no 20º Leilão de Energia nova (A-5/2014), 294,5 MW médios em contrato de 25 anos, tendo entrado em operação comercial no dia 28.06.2019.

Em 2017, foi dado início a uma sondagem de mercado com a finalidade de identificar potenciais compradores para a Usina Termelétrica Pampa Sul, processo que foi pausado, mas com previsão de retomada em 2021.

2. Estrutura e Controle Acionário

Com 1.956.692.000 ações ordinárias, a Companhia acumulava capital social de R$ 1.956.692 mil ao final de 2020, sendo controlada pela ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "ENGIE"), uma operadora de infraestruturas em energia sediada em Florianópolis, atuante nas atividades de geração centralizada e distribuída, comercialização, *trading* e transmissão de energia elétrica. No segmento de geração, implanta e opera empreendimentos de fontes convencionais, como hidrelétricas e termelétricas e usinas de fontes complementares — pequenas centrais hidrelétricas, usinas eólicas, biomassa e fotovoltaicas – sendo a maior geradora privada de energia do país. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG, em conjunto com outros sócios.

Em 22.07.2020, na 205ª Reunião do Conselho de Administração da ENGIE Brasil Energia e na 70ª Reunião do Conselho de Administração de Pampa Sul, foi aprovada a realização da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, no valor de R$ 340 milhões, da Pampa Sul, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM n° 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, sob regime de melhores esforços de colocação. A totalidade das debêntures foram adquiridas pela ENGIE Brasil Energia S.A.

Em 17.09.2020, na 211ª Reunião do Conselho de Administração da ENGIE Brasil Energia e na 74ª Reunião do Conselho de Administração da Pampa Sul, foi aprovada a realização da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, no valor de R$ 582 milhões, da Pampa Sul, para distribuição pública, nos termos da Instrução CVM n° 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, e posteriores alterações sob regime de garantia firme de colocação.

2.1 Governança Corporativa

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, cujos poderes, atribuições e responsabilidades constam na legislação e no Estatuto Social. Os Conselheiros são eleitos em Assembleia Geral e a Diretoria pelo Conselho de Administração. Os mandatos são de 3 (três) anos, com possibilidade de reeleição.

O Conselho de Administração é atualmente composto por sete membros: Eduardo Antonio Gori Sattamini, Marcos Keller, José Luiz Jansson Laydner, Marcelo Cardoso Malta, Cristina Riggenbach, Sérgio Roberto Maes e Guilherme Slovinski Ferrari, sendo o primeiro escolhido para exercer a função de presidente do Conselho.

A Diretoria Executiva possui a seguinte composição: José Luiz Jansson Laydner ocupando a função de Diretor Presidente, Patricia Fabiana Farrapeira Muller eleita Diretora Administrativa, Financeira e de Relações com Investidores e Sérgio Roberto Maes na posição de Diretor Técnico-Operacional.

3. Ambiente Macroeconômico

O cenário pandêmico gerou retração econômica em todo o mundo, vivenciada no Brasil a partir de março de 2020 e refletida na queda estimada de 4,4% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, de acordo com o Relatório Focus publicado pelo Banco Central no final de dezembro – o dado oficial deve ser divulgado ao fim do primeiro trimestre de 2021. Em 2019, o PIB havia registrado alta de 1,1%.

Nesse contexto, a inflação acumulada foi de 4,52%, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No ano anterior, o IPCA foi de 4,31%. No mercado de trabalho, os efeitos da recuperação foram modestos até o quarto trimestre do ano, com taxa de desemprego em 13,1%, próximo às máximas históricas, conforme o IBGE.

A taxa básica de juros (Selic) fechou o ano, mais uma vez, no menor patamar histórico: 2,0% a.a., enquanto o dólar (Ptax) bateu a marca de R$ 5,19 – a moeda americana estava cotada em R$ 4,03 ao fim de 2019.

4. Desempenho Operacional

Em 2020, a geração total bruta da Usina alcançou 1.537,8 GWh. Foi o primeiro ano completo de operação, o que impossibilita comparações com a geração atingida em 2019, que foi de 957,2 GWh. O índice de disponibilidade atingido em 2020, desconsiderando-se as paradas programadas, foi de 53,6%, 12,5 p.p. menor que o atingido no ano anterior, de 61,3%. Quando consideradas todas as paradas, a disponibilidade global em 2020 foi de 52,3%, 5,1 p.p menor que o obtido no ano anterior, de 55,0%.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

5. Desempenho Econômico-Financeiro

Indicadores de resultado	2020	2019	Var. (R$)	Var. (%)
Receita operacional líquida	618.309	219.027	399.282	182,3
Lucro (prejuízo) bruto	117.090	(31.497)	148.587	(471,7)
Ebitda (Lajida)[1]	225.734	343.165	(117.431)	(34,2)
Depreciação e amortização	(110.908)	(55.836)	(55.072)	98,6
Resultado financeiro	(86.002)	(29.605)	(56.397)	190,5
Imposto de renda e contribuição social	(6.689)	(90.279)	83.590	(92,6)
Lucro líquido do exercício	22.135	167.445	(145.310)	(86,8)

[1] Ebitda (Lajida): lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + resultado financeiro + depreciação e amortização.

Receita operacional líquida

Em 2020, a receita operacional líquida da Companhia apresentou acréscimo de R$ 399.282 mil (182,3%), atingindo R$ 618.309 mil, frente aos R$ 219.027 mil reconhecidos em 2019. Este acréscimo é consequência da entrada em operação da usina em 28.06.2019 e do aumento da disponibilidade programada em 2020 quando comparada com 2019, uma vez que o faturamento estabelecido nos contratos com as distribuidoras é composto por duas parcelas, a parcela fixa, atualizada pelo IPCA, e a parcela variável, que é formada com base no Custo Variável da Usina (CVU) e nas paradas programadas do período. Em resumo, quanto menos paradas programadas ocorrerem, maior é o volume de energia entregue às distribuidoras e, consequentemente, maior será o faturamento.

Custos da energia vendida

	2020	2019	Var. (R$)	Var. (%)
Combustível para produção de energia elétrica	(111.051)	(53.489)	(57.562)	107,6
Depreciação e amortização	(110.908)	(55.836)	(55.072)	98,6
Energia elétrica comprada	(108.142)	(45.081)	(63.061)	139,9
Materiais e serviços de terceiros	(77.074)	(31.891)	(45.183)	141,7
Encargos de uso da rede elétrica e de conexão	(42.231)	(24.339)	(17.892)	73,5
Pessoal	(24.544)	(16.933)	(7.611)	44,9
Seguros	(15.936)	(5.372)	(10.564)	196,6
Transações no mercado de energia de curto prazo	(6.340)	(16.108)	9.768	(60,6)
Outros custos	(4.993)	(1.475)	(3.518)	238,5
	(501.219)	**(250.524)**	**(250.695)**	**100,1**

Os custos da energia vendida aumentaram em R$ 250.695 mil (100,1%) entre os anos em comparação, passando de R$ 250.524 mil em 2019 para R$ 501.219 mil em 2020. Tal variação decorre, essencialmente, da entrada em operação da Usina no fim do 1° semestre de 2019. Adicionalmente, as rubricas a seguir apresentaram outros efeitos que resultaram em variações além da referida entrada em operação:

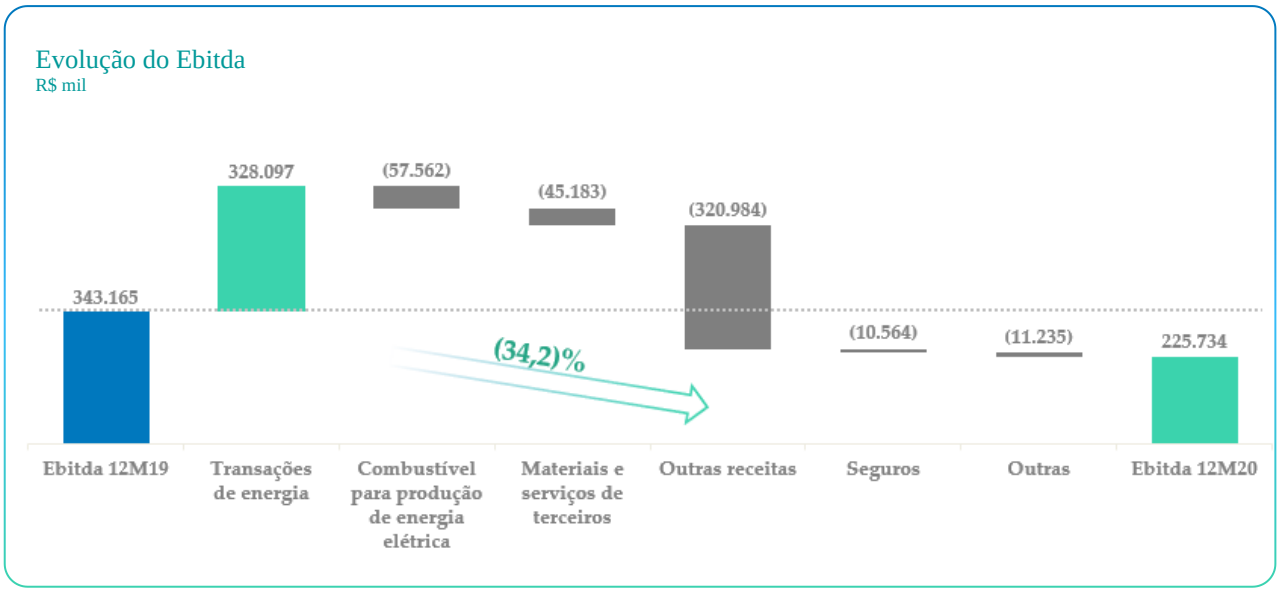
a) Energia elétrica comprada para revenda e transações no mercado de energia de curto prazo: acréscimo de R$ 63.061 mil (139,9%) e decréscimo de R$ 9.768 mil (60,6%), respectivamente, entre os anos em análise, totalizando aumento de R$ 53.293 mil (87,1%). O aumento de compras de energia é decorrente de aquisições realizadas com o objetivo de suportar as obrigações decorrentes dos contratos de venda de energia nos períodos em que a Companhia apresentou interrupções em sua operação.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

b) Seguros: acréscimo de R$ 10.564 mil (196,6%) oriundo, basicamente, da inclusão da Companhia na apólice de seguros para cobertura de danos materiais e lucros cessantes.

Ebitda

No ano de 2020 o Ebitda atingiu R$ 225.734 mil (R$ 343.165 mil em 2019), redução de R$ 117.431 mil (34,2%) entre os anos comparados. Além das variações explicadas anteriormente, a Companhia reconheceu em 2019 o montante de R$ 320.984 em outras receitas operacionais, oriundo da execução de garantias contratuais, decorrentes do atraso na entrada em operação comercial, prevista para 31.12.2018 e ocorrida em 28.06.2019.



Resultado financeiro

Em 2020, as receitas financeiras atingiram R$ 6.978 mil (R$ 7.520 mil em 2019), com decréscimo de R$ 542 mil (7,2%) entre os anos comparados, principalmente, devido à redução das receitas com aplicações financeiras.

As despesas financeiras foram de R$ 92.980 mil em 2020 (R$ 37.125 mil em 2019), aumento de R$ 55.855 mil (150,5%) entre os anos comparados. Este aumento é oriundo, basicamente, de juros capitalizados em 2019, no montante de R$ 32.138 mil, e juros e variação monetária de debêntures em 2020, no montante de R$ 28.114 mil.

Imposto de renda (IR) e Contribuição Social (CSLL)

Em 2020, essas despesas reduziram R$ 83.590 mil (92,6%), passando de R$ 90.279 mil em 2019 para R$ 6.689 mil em 2020, em decorrência, principalmente, da redução de 88,8% no lucro antes dos tributos. A alíquota efetiva de IR e CSLL em 2019 foi de 35,0%, já em 2020 foi de 23,2%, esta redução na alíquota efetiva é oriunda do reconhecimento em 2020 de impostos diferidos referentes a períodos anteriores, no montante de R$ 2.104 mil.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Lucro líquido do período

A Companhia apurou lucro líquido de R$ 22.135 mil em 2020, enquanto em 2019, apurou lucro líquido de R$ 167.445 mil, decréscimo de R$ 145.310 mil (86,8%), consequência da combinação dos itens apresentados anteriormente.

6. Recursos Humanos

A Companhia contava ao final de 2020 com 105 colaboradores, uma diminuição de 13,9% se comparado ao ano de 2019, de 122. A queda se justifica pela finalização da fase de implantação e testes do empreendimento. Dos 122 colaboradores de 2019, 98 eram relacionados à da fase de operação do empreendimento (80,3%), e 24 (20,7%) eram ainda relacionados à fase de implantação, que tiveram majoritariamente seus contratos de trabalho rescindidos. Muitos destes profissionais foram realocados para outros projetos dentro da controladora, ENGIE Brasil Energia.

7. Gestão Socioambiental

Pampa Sul segue como referência base para suas ações socioambientais a Política ENGIE Brasil Energia de Gestão Sustentável, que abrange as dimensões Qualidade, Gestão de Energia, Meio Ambiente, Mudanças do Clima, Saúde e Segurança no Trabalho, Responsabilidade Social e Engajamento de Partes Interessadas. A política é pública e pode ser encontradas no website em https://www.engie.com.br/investidores/governanca-corporativa/estatuto-social-codigos-e-politicas/.

A Usina conta com Licença Ambiental de Operação (LO) emitida pelo IBAMA e válida até 13.06.2029, para a condução das operações da UTE Pampa Sul, reservatório, Linha de Transmissão e correia transportadora de carvão.

A partir da identificação e avaliação dos impactos socioambientais gerados em decorrência do empreendimento, são propostos programas de intervenção, controle e monitoramento na área de influência, com vistas a avaliar a evolução dos impactos previstos e a eficiência das medidas propostas nas fases de implantação e operação do empreendimento.

Os programas têm como premissa básica a proposição de ações capazes de evitar, atenuar, reparar ou compensar os danos/impactos previstos, assim como otimizar os investimentos a serem aplicados na região. Abaixo, apresentamos a lista dos planos e programas socioambientais do empreendimento, relacionados à licença de operação:

1. Sistema de Gestão Ambiental - SGA
2. Programa Ambiental da Geração - PAG
3. Programa de Monitoramento das Águas Superficiais
4. Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas
5. Programa de Monitoramento de Ruídos
6. Programa de Recuperação de Áreas Degradadas
7. Subprograma de Controle e Monitoramento da Qualidade do Ar, Meteorológicos e Emissões Atmosféricas
8. Programa de Controle de Pragas e Vetores
9. Programa de Gestão do Reservatório

10. Programa de Reposição Florestal
11. Programa de Revegetação das Matas Ciliares e Conexão do Corredor Ecológico
12. Programa de Manutenção da Faixa de Servidão da LT
13. Programa de Implantação da Cortina Vegetal
14. Programa de Monitoramento de Fauna
    14.1. Subprograma de Monitoramento de Aves e Mamíferos
    14.2. Subprograma de Monitoramento de Atropelamentos
15. Programa de Monitoramento da Ictiofauna
    15.1. Subprograma de Resgate de Ictiofauna
    15.2. Subprograma de Monitoramento de Taxocenose do Rio Jaguarão
    15.3. Subprograma de Mitigação de Impactos sobre os Peixes Anuais
    15.4. Subprograma de Monitoramento de Ictioplâncton
16. Programa de Comunicação Social
17. Programa de Educação Ambiental
    17.1. Subprograma de Educação Ambiental com Grupos Sociais
    17.2. Subprograma de Educação Ambiental na Agricultura Familiar
    17.3. Subprograma de Educação Ambiental aos Trabalhadores
18. Programa de Monitoramento dos Indicadores de Saúde
19. Plano de Gerenciamento de Riscos
20. Plano de Atendimento às Emergências

8. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

9. Serviços de Auditoria

De acordo com o Artigo 2° da Instrução CVM n° 381/03, a Pampa Sul informa que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, prestou serviços não relacionados à auditoria independente em 2020.

Em 16.10.2020 a Companhia contratou carta de conforto para emissão de instrumentos de dívida junto ao auditor independente - Deloitte. O serviço foi realizado durante 2020. Os honorários referentes a este serviço foram de R$ 440 mil e representam 846,2% dos honorários relativos aos de serviços de auditoria externa contratados para 2020, os quais foram de R$ 52 mil. Adicionalmente, os honorários desta contratação representam 0,1% da emissão de debêntures realizada.

As políticas da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesse e perda de independência ou objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

10. Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram com a Companhia no ano de 2020.

A Administração

Notas Explicativas

USINA TERMELÉTRICA PAMPA SUL S.A.
CNPJ N° 04.739.720/0001-24 | NIRE N° 42 3 0002610-7
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de maneira diferente)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Usina Termelétrica Pampa Sul S.A. ("Pampa Sul" ou "Companhia") é uma geradora de energia elétrica sob o regime de produção independente e sociedade anônima, com sede no município de Florianópolis, no estado de Santa Catarina, Brasil. A área de atuação e a atividade operacional da Companhia é a geração de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). O objeto social da Companhia é a geração de energia elétrica por meio da implantação e operação da Usina Termelétrica Pampa Sul ("UTE Pampa Sul" ou "Usina"), localizada no município de Candiota (RS).

A Companhia foi constituída em 31.10.2001, com prazo de duração indeterminado e está sob o controle acionário da ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), a qual é controlada pela ENGIE Brasil Participações Ltda., ambas situadas no Brasil. O controle acionário da ENGIE Brasil Participações Ltda. é detido pela International Power S.A., cuja sede está na Bélgica. Essa, por sua vez, é controlada pela International Power Ltd., empresa sediada no Reino Unido, integrante do grupo econômico ENGIE, sediado na França.

Em 15.02.2017, a controladora da Companhia mandatou o Banco Morgan Stanley S.A. para prestar assessoria financeira em uma sondagem de mercado, não vinculante, visando identificar potenciais compradores para seus ativos de energia a carvão, dentre eles a UTE Pampa Sul. A potencial operação de alienação está em linha com a estratégia de descarbonização da ENGIE em todo o mundo, focada em atividades de baixa emissão de carbono, como geração de energia renovável, gás natural e infraestrutura.

Em 28.06.2019, a Aneel autorizou o início da operação comercial da UTE Pampa Sul, com capacidade instalada de 345,0 MW[1] e garantia física de 323,5 MW médios. A Usina utiliza o carvão mineral de jazida como combustível para geração de energia elétrica e sua energia está contratada pelo prazo de 25 anos no Leilão A-5, realizado em 28.11.2014, ao preço de R$ 260,0/MWh, atualizado até 31.12.2020.

Os principais eventos societários e operacionais ocorridos no ano de 2020 foram estes:

a) Abertura de capital

Em 04.05.2020, a Companhia teve deferido seu registro de emissor de que trata a Instrução CVM n° 480/09, na categoria "b".

[1] As informações não financeiras contidas nessas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

b) Aprovação de acordo para encerramento de contrato de fornecedor

Em 08.04.2020, o Conselho de Administração da ENGIE Brasil Energia aprovou as condições e os termos a serem negociados para que fosse efetuado acordo para encerramento do contrato de engenharia, aquisições e construção ("*Engineering, Procurement and Construction*" ou "contrato EPC"), firmado entre a Companhia e o fornecedor ("Acordo").

Em 29.05.2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou os termos e condições finais do Acordo para encerramento do contrato EPC. O Acordo, com data efetiva em 01.06.2020, foi celebrado para que todas as reivindicações entre as partes sejam renunciadas e liquidadas e o contrato EPC rescindido.

c) Paradas da Usina

Entre os meses de fevereiro e abril de 2020, a Usina teve paradas não programadas, principalmente, relacionadas ao funcionamento do sistema de injeção de calcário na caldeira, afetando a geração de energia elétrica. A Usina retornou suas atividades de geração em 20.04.2020, não incorrendo em novas paradas não programadas.

d) Emissão de debêntures

Em 22.07.2020, o Conselho de Administração da Companhia e de sua controladora, ENGIE Brasil Energia, aprovaram a 1ª emissão de debêntures simples, nos termos da Instrução CVM n° 476/2009, não conversíveis em ações, pela Companhia, no valor de R$ 340 milhões. Ademais, nesta reunião, foi aprovada a subscrição destas debêntures pela controladora da Companhia, ENGIE Brasil Energia. Também foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia e da ENGIE Brasil Energia, em 17.09.2020, a 2ª emissão de debêntures simples, nos termos da Instrução CVM n° 400/2003, não conversíveis em ações, pela Companhia, no valor de R$ 582 milhões. Mais detalhes vide Nota 14 – Debêntures.

A Fitch Ratings atribuiu em 17.09.2020, o *rating* nacional de longo prazo 'AAA(exp)(bra)' às propostas de 1ª e 2ª emissões de debêntures da Companhia, com perspectiva estável. Ademais, a Standard & Poor's (S&P), em 06.11.2020, atribuiu o *rating* escala nacional em 'brAAA' às propostas de 1ª e 2ª emissões de debêntures da Companhia, com perspectiva estável.

e) Impactos da pandemia provocada pelo novo coronavírus

Em 11.03.2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) caracterizou a propagação da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, como pandemia, fazendo com que os países adotassem abordagens que possibilitem a prevenção de infecções, a preservação da vida e a minimização dos impactos decorrentes da referida doença.

Em decorrência da pandemia, foram tomadas medidas restritivas no sentido de determinar o distanciamento social e o fechamento de estabelecimentos comerciais, além da paralisação da indústria. Estas medidas resultaram em desaceleração da cadeia de suprimentos e significativo impacto na economia global.

Em 13.03.2020, a controladora da Companhia, ENGIE Brasil Energia, constituiu o Comitê de Gerenciamento de Crise para coordenar os esforços e alinhar ações preventivas. No final do 3° trimestre de 2020, a controladora da Companhia, ENGIE Brasil Energia, divulgou aos seus colaboradores a possibilidade de retorno gradual à Sede, fornecendo recursos como aplicativo para reserva de datas, cartilha de orientação para acesso às instalações, exames a cada 15 dias para detecção da Covid-19, máscaras descartáveis, álcool gel, entre outros.

Em 2020, a Companhia não apurou impactos significativos em suas demonstrações contábeis decorrentes da pandemia, estando suas atividades autorizadas pelos órgãos federativos a continuar operando. Adicionalmente, não são esperados efeitos significativos em seu resultado que possam comprometer sua capacidade operacional. A seguir estão elencados os principais itens que estão sendo acompanhados pela Companhia.

a.1) Demanda de energia elétrica

As restrições à circulação e às atividades comerciais, industriais e de serviços impactam o consumo de energia elétrica. Contudo, grande parte do montante do consumo de energia previsto está respaldado por contratos firmados anteriormente à Covid-19. Aproximadamente 90% da garantia física da Companhia está contratada no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e, até o presente momento, não há alteração das cláusulas contratuais.

a.2) Nível de inadimplência

A Companhia está acompanhando a realização de seu saldo de contas a receber de clientes, bem como o risco associado a cada cliente. Na data base destas demonstrações financeiras não há valores vencidos e, portanto, até o presente momento não houve aumento do nível de inadimplência da Companhia.

a.3) Suspensão temporária do serviço da dívida

Em março de 2020, o BNDES aprovou medidas socioeconômicas para mitigar os efeitos da pandemia da Covid-19, dentre as quais a possibilidade de concessão da suspensão temporária por até seis meses em 2020 das parcelas do serviço da dívida (principal e juros) do financiamento contratado junto ao banco. Esta medida é denominada *standstill*.

Diante das condições oferecidas pelo BNDES, a Companhia entendeu prudente o pleito desta medida, o qual foi aprovado, com efeito imediato, em 28.04.2020. Desta forma, ficou ratificada a suspensão dos pagamentos por seis meses consecutivos, entre os meses de maio e outubro de 2020.

A adesão ao *standstill* do BNDES proporcionou um caixa adicional de, aproximadamente, R$ 57 milhões, com a diluição desse montante por todo o prazo remanescente do financiamento contratados junto ao BNDES.

a.4) Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

A Companhia avaliou os indicativos de desvalorização de ativos decorrentes da pandemia e concluiu não haver evidências de que os custos registrados sejam superiores aos seus valores de recuperação.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, ajustado para refletir o valor justo de determinados instrumentos financeiros, quando aplicável. Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Notas Explicativas

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real, que é a moeda principal do ambiente econômico de operação da Companhia. As informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

c) Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento estão divulgadas na Nota 3 – Sumário das principais práticas contábeis.

e) Lucro líquido por ação – básico e diluído

Não há diferença entre o lucro líquido por ação – básico e diluído – em virtude de não ter ocorrido emissão de ações com efeitos diluidores nos exercícios apresentados.

f) Demonstração do Valor Adicionado

A Companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) nos termos do CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As normas internacionais não requerem a apresentação dessa demonstração e, como consequência, a mesma está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis. Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

g) Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 24.02.2021.

Notas Explicativas

NOTA 3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis da Companhia foram aplicadas de forma consistente entre os exercícios sociais apresentados.

a) Instrumentos financeiros

a.1) Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

a.1.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.1.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. Inicialmente são registrados pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado, deduzidos das perdas esperadas em crédito de liquidação duvidosa (*impairment*). Essas perdas esperadas são apuradas com base na experiência de perda de crédito histórica, ajustadas com base em dados observáveis recentes para refletir os efeitos e condições atuais e futuras, quando aplicável.

a.1.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.2) Passivos financeiros – Financiamentos e Debêntures

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Estoques

São avaliados pelo menor valor entre o custo médio ponderado de aquisição e o seu valor realizável líquido.

c) Imobilizado

c.1) Mensuração

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros dos financiamentos relacionados com as imobilizações em curso são computados como custo do respectivo imobilizado, assim como os ganhos e perdas de *hedge* de fluxo de caixa registrados no patrimônio líquido que se qualificam em relação aos imobilizados.

Notas Explicativas

Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos das depreciações acumuladas e das provisões para redução ao valor recuperável do ativo (*impairment*), quando aplicável.

c.2) Depreciação

A depreciação dos ativos em plena operação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

c.3) Avaliação do valor de recuperação – *Impairment*

A Companhia avalia periodicamente os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. De acordo com a avaliação da Companhia não há qualquer indicativo de que os valores contábeis de seus ativos não serão recuperados através de suas operações futuras.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados, antes dos impostos, gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil.

d) Imposto de renda e contribuição social

São segregados no balanço patrimonial e no resultado entre impostos correntes e diferidos.

d.1) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

d.2) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas nos exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias. Esses tributos diferidos são integralmente apresentados no grupo "não circulante", independente da expectativa de realização e da exigibilidade dos valores que lhes dão origem.

e) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzido de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

f) Distribuição de dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo nos seguintes momentos: (i) dividendos mínimos obrigatórios – quando do encerramento do exercício; (ii) dividendos intercalares e intermediários – quando de sua aprovação pelo Conselho de Administração; e (ii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício – quando de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Notas Explicativas

g) Transações entre partes relacionadas

As transações de compra e de venda de energia, de prestação de serviços e de emissão e compra de instrumentos financeiros são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, as quais são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

h) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas: (i) identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente; (ii) identificação das obrigações de desempenho contratadas; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço às obrigações de desempenho; e (v) reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas. Uma receita só é reconhecida quando não há incerteza significativa quanto à sua realização.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente, simultaneamente, recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia. Consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

i) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

A elaboração das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, às vidas úteis estimadas do ativo imobilizado, bem como ao cálculo do valor justo das debêntures e do *hedge* contratado para proteção contra a variação dos juros sobre as mesmas.

j) Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração

No encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se há evidência de que o montante dos ativos de longa duração pode não ser recuperável. Se tal evidência é identificada, a Companhia procede ao teste de avaliação de recuperação dos ativos (*impairment*).

Notas Explicativas

k) Novas normas, alterações e interpretações

O *International Accounting Standards Board* (IASB) e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2020. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data publicação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 14				
Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (*Conceptual Framework*)	*Conceptual Framework*	10.12.2019	01.01.2020	Sem impactos relevantes
Alterações anuais IASB - Ciclo de melhorias 2017-2019	Diversos	10.12.2019	01.01.2020	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 15				
Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros	IFRS 9	06.03.2020	01.01.2020	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 16				
Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos	IFRS 16	07.07.2020	01.01.2020	Sem impactos relevantes

h) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2021, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data publicação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Minuta da Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 17 Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) - Arrendamentos e CPC 48 – Instrumentos Financeiros.	IFRS 16 e 9	11.02.2021	01.01.2021	Sem impactos relevantes

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2020	31.12.2019
Caixa e depósitos bancários à vista	**28.097**	**20.754**
Aplicações financeiras		
Fundo de Investimento Exclusivo		
Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais	1.010.431	80.253
	1.038.528	**101.007**

As aplicações financeiras da Companhia são mantidas para o pagamento dos compromissos de caixa de curto prazo, estando concentradas no fundo exclusivo Energy Renda Fixa Fundo de Investimento Exclusivo (FIE), cuja gestão é feita pelo Banco Santander. O fundo tem como política a alocação do seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco, tendo em 31.12.2020, 100% de sua carteira em ativos com risco do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária.

A rentabilidade média do fundo nos anos de 2020 e de 2019 foi de cerca de 98,7% e 99,3% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

Notas Explicativas

NOTA 5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31.12.2020	31.12.2019
Distribuidoras	96.606	56.703
Transações realizadas na CCEE	1.850	3.760
	98.456	**60.463**

O prazo médio de recebimento da energia vendida por meio de contratos e dos valores liquidados na CCEE é de, aproximadamente 45 dias. Não há valores vencidos em 31.12.2020 e 31.12.2019.

NOTA 6 - CRÉDITO DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31.12.2020	31.12.2019
Imposto de renda	27.237	24.809
Contribuição social	8.192	7.844
	35.429	**32.653**
Classificação no balanço patrimonial		
Ativo circulante	33.975	31.199
Ativo não circulante	1.454	1.454
	35.429	**32.653**

NOTA 7 - OUTROS CRÉDITOS FISCAIS A RECUPERAR

	31.12.2020	31.12.2019
Cofins[1]	47.831	61.376
PIS[2]	10.401	13.328
ICMS[3]	408	404
	58.640	**75.108**
Classificação no balanço patrimonial		
Ativo circulante	55.198	48.178
Ativo não circulante	3.442	26.930
	58.640	**75.108**

(1) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
(2) Programa de Integração Social.
(3) Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviços de Comunicação e Transporte.

Os créditos de PIS e Cofins a recuperar referem-se a créditos decorrentes das aquisições de máquinas e equipamentos e de gastos com a construção de edificações para a implantação da UTE Pampa Sul.

Notas Explicativas

NOTA 8 - ESTOQUES

	31.12.2020	31.12.2019
Adiantamento a fornecedores	48.569	38.949
Almoxarifado	17.302	390
Insumos para produção de energia	8.416	18.129
Outros	4.898	12
	79.185	**57.480**

No ano de 2019 e em 2020, a Companhia adiantou R$ 79.903 e R$ 50.048, respectivamente, totalizando R$ 129.951, ao fornecedor de carvão, haja vista o cumprimento de compromisso contratual de compra da cota mensal mínima de 106.000 toneladas por mês. O saldo remanescente, em 31.12.2020, era de R$ 47.723 (R$ 38.949 em 31.12.2019), sendo que a realização se dá quando a compra de carvão ultrapassa a cota mensal mínima. A Companhia espera realizar integralmente o adiantamento até o final de 2021.

NOTA 9 - DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31.12.2020, a Companhia mantinha R$ 40.855 (R$ 74.841 em 31.12.2019) relativo a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e às despesas contratuais de operação e de manutenção para as usinas que contratam serviços de terceiros para a execução dessas atividades.

NOTA 10 - IMOBILIZADO

a) Composição

		31.12.2020			31.12.2019
	Taxa média de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00%	188.721	(5.608)	183.113	187.225
Edificações e benfeitorias	2,50%	276.711	(10.422)	266.289	273.237
Máquinas e equipamentos	4,10%	2.430.216	(150.324)	2.279.892	2.410.150
Móveis e utensílios	6,30%	852	(80)	772	825
Veículos	14,30%	18	(4)	14	17
		2.896.518	**(166.438)**	**2.730.080**	**2.871.454**
Em curso					
Reservatórios, barragens e adutoras		9.452	-	9.452	-
Edificações e benfeitorias		5.468	-	5.468	-
Máquinas e equipamentos		13.170	-	13.170	264
Aquisições a ratear		523	-	524	-
		28.613	**-**	**28.614**	**264**
		2.925.131	**(166.438)**	**2.758.694**	**2.871.718**

Notas Explicativas

b) Mutação do ativo imobilizado

	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Imobilizado em curso	Total
Saldos em 31.12.2018	**-**	**-**	**-**	**-**	**2.477.910**	**2.477.910**
Ingressos	-	-	-	-	489.302	489.302
Indenizações por descumprimentos contratuais	-	-	-	-	(71.886)	(71.886)
Juros capitalizados	-	-	-	-	32.138	32.138
Transferências	189.095	276.711	2.460.524	870	(2.927.200)	-
Depreciação	(1.870)	(3.474)	(50.374)	(28)	-	(55.746)
Saldos em 31.12.2019	**187.225**	**273.237**	**2.410.150**	**842**	**264**	**2.871.718**
Ingressos	-	-	-	-	42.378	42.378
Recuperação de PIS e Cofins	-	-	(29.413)	-	-	(29.413)
Reversão de estimativas	-	-	(15.297)	-	-	(15.297)
Transferências	(374)	-	14.402	-	(14.028)	-
Depreciação	(3.738)	(6.948)	(99.950)	(56)	-	(110.692)
Saldos em 31.12.2020	**183.113**	**266.289**	**2.279.892**	**786**	**28.614**	**2.758.694**

Em 02.08.2019, a Pampa Sul executou garantia no montante de R$ 71.886, com o objetivo de cobrir danos decorrentes do não atingimento de obrigações materiais do contrato EPC. Este montante foi reconhecido como redução do ativo imobilizado em curso.

No 2° semestre de 2019, foram transferidos e colocados em serviço os ativos relacionados à Usina Termelétrica Pampa Sul, no montante de R$ 2.927.200, devido ao início da operação comercial da Usina em 28.06.2019.

Adicionalmente, em 01.06.2020, a Companhia firmou acordo para encerramento do contrato de engenharia, aquisições e construção. Em decorrência disto, em junho foram reconhecidos créditos de PIS e Cofins a recuperar e houve a reversão de parte das estimativas inicialmente previstas para a conclusão da construção da UTE Pampa Sul. Estes efeitos estão apresentados no quadro acima nas linhas "Recuperação de PIS e Cofins" e "Reversão de estimativas".

c) Autorização do Órgão Regulador

A Sociedade é detentora de concessão para exploração de energia elétrica de Pampa Sul, com capacidade instalada de 345,0 MW e garantia física de 323,5 MW médios, e a respectiva autorização para funcionamento tem vigência até março de 2050.

NOTA 11 - FORNECEDORES

	31.12.2020	31.12.2019
Fornecedores de imobilizado[1]	91.945	202.147
Combustíveis fósseis e biomassa	13.936	9.244
Fornecedores de materiais e serviços	9.363	14.754
Energia elétrica comprada	5.864	1.599
Encargos de uso rede elétrica	3.393	2.597
	124.501	**230.341**

(1) No saldo de fornecedores de imobilizado estão contempladas estimativas de desembolso futuro decorrentes da conclusão da construção da Usina, dos quais R$ 24.340 (R$ 27.578 em 31.12.2019) referem-se aos compromissos socioambientais.

Notas Explicativas

NOTA 12 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos de seus negócios, a Companhia segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos de sua controladora, ENGIE Brasil Energia, ao qual cabe: (i) promover internamente a conscientização para o tratamento do risco; (ii) definir metas e diretrizes para o seu gerenciamento; (iii) promover e sugerir melhorias nos processos de sua avaliação; e (iv) classificar e definir os procedimentos de seu controle.

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco a seguir descritos.

a) Risco de mercado

O objetivo da utilização de instrumentos financeiros pela Companhia é o de proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros.

Esses riscos são monitorados pelo Fórum Financeiro, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégias operacionais, sistema de controle e limites de posição e de crédito com os demais parceiros do mercado. A Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo com derivativos ou relacionado a quaisquer outros instrumentos de risco.

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são estes:

a.1) Risco relacionado às dívidas com taxas de juros e índices flutuantes

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicados aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações da TJLP, em decorrência do financiamento contratado em 2018 e do IPCA, em decorrência das debêntures emitidas em 2020.

Quanto ao risco de aceleração inflacionária, a totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IGP-M ou de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para as dívidas e as obrigações indexadas a índices de inflação e/ou atreladas à aceleração inflacionária.

A variação da TJLP tende a acompanhar as flutuações das taxas de juros e efeitos inflacionários. Dessa forma, o financiamento contratado, vinculado à TJLP, tende a ser protegido pelos contratos de venda de energia, os quais possuem cláusula de reajuste inflacionário. Ressalta-se que o montante correspondente à parcela da TJLP que excede 6% a.a. é incorporado ao principal da dívida, fator que mitiga o impacto imediato no fluxo de caixa da Companhia, em caso de aceleração da TJLP.

a.2) Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia apresenta uma análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros expostos a riscos da variação de taxas de juros e de índices flutuantes. O cenário-base provável para o ano de 2021 foi definido por meio das premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

Notas Explicativas

	Variação	Cenário Provável	Sensibilidade		
Risco de variação do índice	**2020**	**2021**	**Provável**	**Δ + 25% (*)**	**Administração**
TJLP	4,6%	4,4%	-0,2% p.p.	1,1% p.p.	0,0% p.p.
IPCA	4,5%	3,3%	-1,2% p.p.	0,8% p.p.	-0,5% p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2021.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2020 e os previstos no cenário provável para 2021, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) das estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para 2021. As variações que poderão impactar o resultado, e, consequentemente, o patrimônio líquido consolidados de 2021, em comparação com o ano de 2020, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldos em	Sensibilidade		
	31.12.2020	**Provável**	**Δ + 25%**	**Administração**
Risco de aumento (passivo)				
Financiamentos				
TJLP	814.046	1.222	(8.359)	-
Debêntures				
IPCA	878.328	11.895	(8.227)	7.388

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamentos e debêntures, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa e dos depósitos em garantia vinculados às dívidas) e pelo patrimônio líquido, que inclui o capital social e as reservas de lucros. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2020	**31.12.2019**
Dívida	1.692.374	793.716
(-) Depósitos vinculados	(40.855)	(74.841)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.038.528)	(101.007)
Dívida líquida	**612.991**	**617.868**
Patrimônio líquido	**2.125.369**	**2.105.346**
Endividamento líquido	**0,29**	**0,29**

Notas Explicativas

c) Risco de aceleração do vencimento de dívidas

A Companhia possui financiamento e debêntures com cláusulas restritivas (*covenants*), normalmente aplicáveis às operações dessa natureza, relacionadas ao atingimento de indicadores de desempenho financeiro. Caso a Companhia não atenda a alguma destas cláusulas, a dívida poderá ter seu vencimento antecipado. Em 31.12.2020, a Companhia cumpriu todas as cláusulas restritivas de seus contratos (Nota 13 – Financiamentos e Nota 14 - Debêntures).

c) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras. O histórico de perdas na Companhia em decorrência de dificuldade apresentada por bancos e clientes em honrar os seus compromissos é praticamente nulo.

d.1) Riscos relacionados à venda de energia

Nos contratos de longo prazo firmados com distribuidoras, inclusive os relativos ao mercado regulado (CCEAR), a Companhia minimiza o seu risco de crédito por meio da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

Os créditos de todos os clientes são revisados anualmente e a sua exposição aos diversos setores da economia é avaliada periodicamente, de modo a manter a diversificação de sua carteira e a diminuir a exposição ao risco específico setorial.

d.2) Riscos relacionados às aplicações financeiras

Os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2020, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária.

De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente.

A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A Companhia, também, conta com o suporte da sua controladora ENGIE Brasil Energia na gestão de sua liquidez.

O caráter gerador de caixa da Companhia e a pouca volatilidade nos recebimentos e nas obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, garantem à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo seu risco de liquidez.

No demonstrativo a seguir, apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2020. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável.

Notas Explicativas

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	124.501	-	-	-	124.501
Financiamentos	89.770	180.186	180.186	908.813	1.358.955
Debêntures	67.875	142.581	179.992	1.150.759	1.541.207
	282.146	**322.767**	**360.178**	**2.059.572**	**3.024.663**

e) Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

	31.12.2020	31.12.2019
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	1.010.431	80.253
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	28.097	20.754
Contas a receber de clientes	98.456	60.463
Depósitos vinculados	40.855	74.841
	1.177.839	**236.311**
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	124.501	230.341
Financiamentos	814.046	793.716
Debêntures	878.328	-
Ressarcimentos às distribuidoras	139.329	106.095
	1.956.204	**1.130.152**

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

g) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros somente foram identificadas diferenças entre os valores apresentados no balanço patrimonial e os respectivos valores de mercado no financiamento e nas debêntures. Essas diferenças ocorrem principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

Na determinação dos valores de mercado foram utilizados os fluxos de caixa futuros, descontados a taxas julgadas adequadas para operações semelhantes.

	31.12.2020		31.12.2019	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Financiamentos	814.046	828.276	793.716	808.888
Debêntures	878.328	954.765	-	-
	1.692.374	**1.783.041**	**793.716**	**808.888**

Notas Explicativas

NOTA 13 - FINANCIAMENTOS

a) Composição

	31.12.2020			31.12.2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
BNDES	31.001	780.508	811.509	46.504	733.217	779.721
Encargos	2.537	-	2.537	13.995	-	13.995
	33.538	**780.508**	**814.046**	**60.499**	**733.217**	**793.716**

b) Mutação

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2018	**6.669**	**620.932**	**627.601**
Ingressos	2.996	96.897	99.893
Juros	33.942	-	33.942
Variações monetárias	(1.880)	2.022	142
Juros e V.M. capitalizados	32.138	-	32.138
Transferências	(13.366)	13.366	-
Saldos em 31.12.2019	**60.499**	**733.217**	**793.716**
Juros	64.026	-	64.026
Variações monetárias	201	-	201
Transferências	(47.291)	47.291	-
Amortização de principal	(17.629)	-	(17.629)
Pagamento de juros	(26.268)	-	(26.268)
Saldos em 31.12.2020	**33.538**	**780.508**	**814.046**

Em 29.04.2020, foi assinado termo aditivo ao contrato de financiamento com o BNDES formalizando a adesão da Companhia ao *standstill*. Com isto, houve a postergação de seis meses do serviço da dívida (principal e juros), a contar de maio de 2020, cujos pagamentos serão diluídos pelo prazo remanescente do financiamento.

c) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

Ano	Valor
2022	32.783
2023	35.305
2024	38.017
2025	40.931
2026	44.063
2027 a 2031	276.135
2032 a 2036	313.274
	780.508

d) Condições contratadas

		Condições de pagamento		
Bancos	Juros	Vencimento	Principal e juros	Saldo em 31.12.2020
BNDES	TJLP + 3,09% a.a. [(a)]	01.2036	Mensais	814.046

(a) O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é incorporado ao principal.

Notas Explicativas

e) Garantias

As garantias dos financiamentos são: (a) cessão dos direitos emergentes da autorização; (b) cessão dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e de venda de energia elétrica; (c) penhor da totalidade das ações; (d) penhor de máquinas e equipamentos relativos ao projeto; e (e) hipoteca dos terrenos urbanos de sua propriedade destinada à implantação do projeto.

A conta reserva em montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e das despesas de operação e de manutenção foi devidamente composta pela Companhia, conforme determinação contratual (Nota 9 – Depósitos vinculados).

f) Compromissos contratuais (*covenants*)

Dívida	*Covenants*	31.12.2020
BNDES	Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) ≥ 1,1	4,99

Os compromissos financeiros estão sendo integralmente cumpridos pela Companhia.

NOTA 14 - DEBÊNTURES

a) Emissões

Em 23.09.2020, ocorreu a liquidação financeira da 1ª emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, nos termos da Instrução CVM n° 476/2009, no montante total de R$ 340.000 (R$ 337.727, líquidos dos custos de captação), as quais foram adquiridas pela sua controladora, ENGIE Brasil Energia.

Adicionalmente, em 16.11.2020, ocorreu a liquidação financeira da 2ª emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, nos termos da Instrução CVM n° 400/2003, no montante total de R$ 582.000 (R$ 512.487, líquidos dos custos de captação).

Estas emissões de debêntures têm como objetivos o reembolso de parte dos custos de implantação da usina e a otimização da estrutura de capital da Companhia.

b) Composição

	31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total
Debêntures - 1ª emissão	2.609	344.326	346.935
Debêntures - 2ª emissão	10.871	510.005	520.876
Encargos	9.210	1.307	10.517
	22.690	**855.638**	**878.328**

Notas Explicativas

c) Mutação

	Circulante	Não circulante	Total
Emissão de debêntures	10.716	839.498	850.214
Juros	9.598	1.307	10.905
Variação monetária	330	16.879	17.209
Transferências	2.046	(2.046)	-
Saldos em 31.12.2020	**22.690**	**855.638**	**878.328**

d) Vencimentos das debêntures apresentadas no passivo não circulante

	Valor
2022	8.996
2023	14.255
2024	33.598
2025	33.213
2026	35.766
2027 a 2031	281.789
2032 a 2036	448.021
	855.638

e) Condições contratadas

	Condições					
	Remuneração	Encargos	Principal	Vencimento	Garantia	Saldos em 31.12.2020
1ª Emissão - Série 1	IPCA + 6,25% a.a.	Semestrais a partir de 10.2021	Semestrais a partir de 10.2021	04.2028	Garantia real	105.810
1ª Emissão - Série 2	IPCA + 7,50% a.a.	Semestrais a partir de 10.2021	Semestrais a partir de 10.2028	10.2036	Garantia real	247.670
2ª Emissão - Série 1	IPCA + 4,50% a.a.	Semestrais a partir de 10.2021	Semestrais a partir de 10.2021	04.2028	Garantia real	143.119
2ª Emissão - Série 2	IPCA + 5,75% a.a.	Semestrais a partir de 10.2021	Semestrais a partir de 10.2028	10.2036	Garantia real	381.729

f) Compromissos contratuais (*covenants*)

Dívida	*Covenants*	31.12.2020
Debêntures - 1ª e 2ª Emissões	Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) ≥ 1,1[1]	4,99

(1) Maior ou igual a 1,1 para fins de vencimento antecipado e maior ou igual a 1,2 para fins de distribuição de quaisquer recursos aos acionistas, exceto dividendos mínimos estatutários. Ressalta-se que existem outras obrigações que devem ser cumpridas concomitantemente para a distribuição de recursos adicionais aos acionistas, como por exemplo atingir o *completion* do projeto.

Os compromissos financeiros estão sendo integralmente cumpridos pela Companhia.

Notas Explicativas

NOTA 15 - OUTRAS OBRIGAÇÕES FISCAIS E REGULATÓRIAS

	31.12.2020	31.12.2019
ICMS	1.831	1.692
INSS[1]	573	742
ISSQN[2]	194	134
Taxa de fiscalização	134	-
PIS e Cofins	-	63
Outros	164	184
	2.896	**2.815**
(-) Tributos federais e estaduais a compensar	(43)	(43)
	2.853	**2.772**

(1) Instituto Nacional do Seguro Social.
(2) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.

NOTA 16 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	31.12.2020	31.12.2019
Provisão para bônus gerencial	7.245	5.333
Salários e encargos sociais a pagar	1.100	459
Provisão para férias	777	1.219
	9.122	**7.011**

NOTA 17 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, estão apresentados de forma líquida, como segue:

a) Composição

	31.12.2020				31.12.2019
Natureza dos créditos	**Base de cálculo**	**IR**	**CSLL**	**Total**	**Total**
Passivo:					
Depreciação acelerada	203.384	50.846	18.305	69.151	19.011
Encargos financeiros capitalizados	20.530	5.133	1.848	6.981	7.218
		55.979	**20.153**	**76.132**	**26.229**
Ativo:					
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	110.679	27.670	9.961	37.631	-
Despesas pré-operacionais	4.908	1.227	442	1.669	2.424
Outros	17.739	4.435	1.597	6.032	27
		33.332	**12.000**	**45.332**	**2.451**
Valor líquido		**22.647**	**8.153**	**30.800**	**23.778**

Notas Explicativas

b) Movimentação de saldo

	Valor
(Ativo) em 31.12.2018	**(19.733)**
Impostos diferidos no resultado	43.321
Impostos diferidos em outros resultados abrangentes	190
Passivo em 31.12.2019	**23.778**
Impostos diferidos no resultado	7.026
Impostos diferidos em outros resultados abrangentes	(4)
Passivo em 31.12.2020	**30.800**

c) Expectativa de realização e exigibilidade

A Administração da Companhia elabora projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização dos créditos fiscais nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

	Ativo	Passivo
2021	298	-
2022	17.847	233
2023	15.304	233
2024	11.583	233
2025	300	233
2026 a 2028	-	699
2029 a 2031	-	4.156
2032 a 2034	-	11.070
2035 em diante	-	59.275
	45.332	**76.132**

NOTA 18 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia, em 31.12.2020 e 31.12.2019 era de R$ 1.956.692 totalmente subscrito e integralizado, constituído por 1.956.692.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, das quais 1.956.691.999 pertencem à ENGIE Brasil Energia e 1 a ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda. (“EBC”).

a.1) Capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital e aumentos de capital

Em 2019, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital social da Companhia no montante de R$ 1.582.153, integralizado mediante a capitalização de créditos decorrentes de adiantamentos para futuro aumento de capital existentes, os quais foram realizados com a finalidade de financiar a construção da Usina. Destes adiantamentos, R$ 1.531.997 constavam em AFAC em 31.12.2018 e R$ 50.156 foram aportados em 2019.

a.2) Redução de capital

Em 17.12.2019, houve a redução de capital social na empresa Pampa Sul motivada pela liberação de financiamento do BNDES, no montante de R$ 225.461. A construção da UTE Pampa Sul vinha sendo financiada com capital próprio até a liberação do financiamento.

Notas Explicativas

b) Reservas de lucros

A composição das reservas de lucros é demonstrada a seguir:

	31.12.2020	31.12.2019
Reserva legal	9.320	8.213
Reserva de retenção de lucros	159.366	140.441
	168.686	**148.654**

b.1) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

b.2) Reserva de retenção de lucros

A Companhia encaminhou para aprovação em assembleia geral ordinária a constituição de reserva de retenção de lucros em 2020, no montante de R$ 18.925 (R$ 140.441 em 31.12.2019). Os lucros foram retidos, haja visto as restrições, decorrentes de obrigações assumidas no âmbito das dívidas contratadas pela Companhia, as quais preveem a necessidade do cumprimento de algumas obrigações para que seja destinado montante superior ao mínimo obrigatório, estas ainda não foram cumpridas em sua totalidade, bem como as condições para adesão ao *standstill*, que previa que, no ano de 2020, a Companhia estava limitada a destinar apenas os dividendos mínimos obrigatórios.

c) Lucro por ação básico e diluído

	31.12.2020	31.12.2019
Lucro líquido do exercício	22.135	167.445
Média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	1.956.692	2.137.943
Lucro por ação básico e diluído – Em reais	**0,01131**	**0,07832**

A Companhia não possui ações com efeitos diluidores no exercício apresentado, motivo pelo qual não há diferença entre o lucro por ação básico e diluído.

d) Outros resultados abrangentes

A conta registra as variações dos valores justos, líquidos do imposto de renda e da contribuição social diferidos das obrigações com os benefícios de aposentadoria dos planos de benefícios definidos patrocinados pela Companhia.

Notas Explicativas

NOTA 19 - DIVIDENDOS

a) Cálculo

	31.12.2020	31.12.2019
Base de cálculo dos dividendos ajustada		
Lucro líquido do exercício	22.135	167.445
Prejuízo acumulado	-	(3.187)
Reserva legal	(1.107)	(8.213)
Lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos	**21.028**	**156.045**
Dividendos propostos		
Dividendos mínimos obrigatórios	2.103	15.604
Total dos dividendos anuais	**2.103**	**15.604**
Percentual do lucro líquido ajustado	**10%**	**10%**

b) Política de dividendos

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 10% do lucro líquido ajustado do exercício.

c) Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios

Em 07.04.2020, na 25ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE) e 19ª Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Companhia, foi aprovada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no valor de R$ 16 milhões (R$ 0,0079749297 por ação), os quais foram pagos em 22.09.2020, e a retenção de lucros no montante de R$ 140 milhões.

NOTA 20 - CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	31.12.2020	31.12.2019
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Suprimento de energia elétrica	699.655	239.060
Transações mercado de curto prazo	5.923	11.844
Outras receitas	1.708	15
	707.286	**250.919**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e Cofins	(65.424)	(23.213)
ICMS	(17.400)	(6.607)
Pesquisa e desenvolvimento	(6.153)	(2.072)
	(88.977)	**(31.892)**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**618.309**	**219.027**

Em 31.12.2020, a Companhia não possuía clientes que participavam individualmente com percentual superior a 5% da receita operacional líquida.

Notas Explicativas

As receitas auferidas às distribuidoras foram reduzidas pelo reconhecimento de R$ 30.160, líquidos de PIS e Cofins (R$ 106.095 em 31.12.2019), relativos ao mecanismo de ressarcimento previsto nos contratos de energia elétrica firmados no ACR. Em virtude do fato supracitado, a Companhia constituiu provisão com base nas obrigações que possui com as distribuidoras a ser liquidada em 2022.

Em 31.12.2020, a Companhia apresenta em seu passivo não circulante o montante de R$ 139.329 (R$ 106.095 em 31.12.2019), referente a esta obrigação.

NOTA 21 - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

Em 28.06.2019, a Aneel autorizou a operação comercial da UTE Pampa Sul. Contudo, a data estabelecida no contrato de engenharia, aquisições e construção ("*Engineering, Procurement and Construction*" ou "contrato EPC") para a conclusão da obra era 31.12.2018. Em decorrência do descumprimento desse prazo e de outras condições contratadas, em 02.08.2019, a Pampa Sul executou garantias contratuais, no montante de R$ 353.702 (equivalente a US$ 89 milhões) e de R$ 71.886 (correspondente a US$ 18 milhões), visando cobrir os danos decorrentes do atraso de conclusão da obra e seu aceite técnico e de obrigações materiais do contrato EPC. Esses valores foram recebidos pela Companhia em 12.08.2019.

Desta forma, em 2019, a Companhia reconheceu o montante de R$ 353.702 (R$ 320.984, líquido de PIS e Cofins), recebido para compensar ganhos líquidos que a Companhia deixou de auferir pelo atraso na conclusão da obra, na rubrica "Outras receitas operacionais, líquidas". Já o valor de R$ 71.886, recebido para cobrir danos materiais do contrato EPC, foi registrado como redução de ativo imobilizado resultante de pagamentos adicionais feitos ao fornecedor não previstos contratualmente.

NOTA 22 - RESULTADO FINANCEIRO

	31.12.2020	31.12.2019
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	5.497	5.927
Renda de depósitos vinculados	1.397	1.478
Outros juros e variações monetárias	83	-
Outras receitas financeiras	1	115
	6.978	**7.520**
Despesas financeiras		
Juros e variação monetária sobre		
Financiamentos	64.227	34.084
Debêntures	28.114	-
Outros	146	-
Outras despesas financeiras	493	3.041
	92.980	**37.125**
Despesas financeiras, líquidas	**86.002**	**29.605**

Notas Explicativas

NOTA 23 - CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS NO RESULTADO

	2020			2019		
	IR	CSLL	Total	IR	CSLL	Total
Resultado antes dos tributos	**28.824**	**28.824**	**28.824**	**257.724**	**257.724**	**257.724**
Alíquota nominal	25%	9%	34%	25%	9%	34%
Despesa às alíquotas nominais	**(7.206)**	**(2.594)**	**(9.800)**	**(64.431)**	**(23.195)**	**(87.626)**
Despesas pré-operacionais	-	-	-	(1.734)	(690)	(2.424)
Outros	2.372	739	3.111	(174)	(55)	(229)
	(4.834)	**(1.855)**	**(6.689)**	**(66.339)**	**(23.940)**	**(90.279)**
Composição dos tributos no resultado						
Corrente	355	(18)	337	(34.497)	(12.461)	(46.958)
Diferido	(5.189)	(1.837)	(7.026)	(31.842)	(11.479)	(43.321)
	(4.834)	**(1.855)**	**(6.689)**	**(66.339)**	**(23.940)**	**(90.279)**
Alíquota efetiva	**16,8%**	**6,4%**	**23,2%**	**25,7%**	**9,3%**	**35,0%**

NOTA 24 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Valores reconhecidos em contas patrimoniais e de resultado

	Ativo	Passivo			
		Fornecedores			
	Outros	Energia	Materiais e serviços	Debêntures[1]	Dividendos
31.12.2020					
ENGIE Brasil Energia	-	5.864	113	355.707	2.103
Outras	-	-	412	-	-
Total	**-**	**5.864**	**525**	**355.707**	**2.103**
31.12.2019	**154**	**1.599**	**8.659**	**-**	**15.604**

(1) O saldo de partes relacionadas não engloba os custos de captação da 1ª emissão de debêntures, montante de R$ 2.227 em 31.12.2020.

	Receita	Custos e Despesas		
	Venda de Energia	Compra de Energia	Despesas administrativas	Despesas financeiras
31.12.2020				
ENGIE Brasil Energia	-	108.142	427	15.706
Total	-	108.142	427	15.706
31.12.2019	7.082	45.081	409	-

b) Remuneração dos administradores

A remuneração relacionada às pessoas chave da Administração, composta por Diretoria Estatutária e Conselho de Administração, está abaixo apresentada:

Notas Explicativas

	2020	2019
Remuneração fixa	545	657
Encargos sociais	382	415
Remuneração variável	339	8
Outros	216	125
	1.482	**1.205**

Os administradores não possuem remuneração baseada em ações.

Nos exercícios findos em 31.12.2020 e 31.12.2019 parte dos administradores não receberam remuneração nem benefícios, em razão de renúncia a esse direito. Esses administradores são remunerados pela controladora ENGIE Brasil Energia e as despesas com tal remuneração compõem o preço da prestação de serviços administrativos, descrita a seguir.

c) Serviços administrativos e financeiros

Os serviços necessários às atividades administrativas e financeiras são prestados pela sua controladora, ENGIE Brasil Energia, reajustados anualmente pelo INPC. O valor reconhecido no resultado de 2020 foi de R$ 427 (R$ 409 em 2019). A vigência do contrato é dezembro de 2021 e o saldo existente é de R$ 450.

d) Garantias

A controladora ENGIE Brasil Energia é interveniente garantidora no contrato de financiamento firmado pela Companhia com o BNDES, nas escrituras de emissão da 1ª e 2ª emissões de debêntures, prestando garantia fidejussória (fiança) até o *completion* do projeto, bem como oferecendo o penhor da totalidade das ações de emissão da Pampa de sua propriedade como garantia do fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia nos contratos mencionados. O valor total da dívida, sem considerar os custos de captação, em 31.12.2020, é R$ 1.777.876 (R$ 808.888 em 31.12.2019)

e) Avais e fianças

A Companhia tem sua controladora, ENGIE Brasil Energia, como avalista no contrato de Custo do Uso do Sistema de Transmissão com o Operador Nacional do Sistema Elétrico, no valor de R$ 4.600, que vencerá em 2021.

NOTA 25 - SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora ENGIE. A apólice tem como cobertura danos materiais incorridos à usina, incluindo a linha de transmissão, e lucros cessantes, no valor de R$ 1.912.959 e R$ 1.214.548, respectivamente. A vigência do seguro é até 31.05.2021.

NOTA 26 - COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

a) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Para o uso do sistema de transmissão e da rede básica, a Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Os compromissos futuros referentes a este contrato, na data base de 31.12.2020, são de R$ 820.801.

b) Contratos compra de carvão

A Companhia possui contrato de compra de carvão, com vigência até 2029 e previsão de renovação por mais 15 anos, no montante de R$ 1.908.851.

c) Contratos de venda de energia

A Companhia possui contratos de venda de energia de longo prazo, cujas quantidades contratadas estão demonstradas no quadro a seguir:

Em MW médios	Venda
2021	295
2022	295
2023	295
2024	295
2025	295
2026 a 2030	1.473
Demais anos	3.831
	6.778

NOTA 27 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As principais transações complementares ao fluxo de caixa foram as seguintes:

	31.12.2020	31.12.2019
Fornecedores de imobilizado e intangível	(94.905)	170.951
Reversão de estimativas de imobilizado	(15.297)	-
Recuperação de PIS e Cofins sobre imobilizado	(29.413)	-
Aumento de capital via capitalização de AFAC	-	1.531.997
Compensação de imposto de renda e contribuição social	-	2.056
Juros e variação monetária capitalizados	-	32.138

NOTA 28 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Redução de capital social

Em 28.01.2021, por meio da 27ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE), foi aprovada redução de capital social da Companhia no montante de R$ 880 milhões, passando de R$ 1.957 milhões para R$ 1.077 milhões, com a extinção de 880.000.000 ações ordinárias, todas de titularidade da acionista ENGIE Brasil Energia. Com a emissão de debêntures, o que até então tinha sido financiado com capital próprio, passou a ser financiado com capital de terceiros, motivando a redução de capital da Companhia.

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Paulo Roberto Keller de Negreiros
Contador - CRC RS 068193/O-2 T-SC

Pareceres E Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Usina Termelétrica Pampa Sul S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Usina Termelétrica Pampa Sul S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina Termelétrica Pampa Sul S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.h e nº 20 às demonstrações contábeis, a receita da Companhia decorre substancialmente do suprimento de energia elétrica. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, em função da complexidade no processamento, no registro das transações e no reconhecimento da receita.

Nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento de receita incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos da Companhia relacionados aos cálculos utilizados para mensurar a receita; (ii) exame das planilhas de controle da receita; (iii) recálculo da receita considerando o contrato de concessão e contratos de venda de energia; (iv) confronto das informações com os extratos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; e (v) avaliação se as divulgações efetuadas pela Administração estão apropriadas.

Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que o processamento, o registro e o reconhecimento da receita realizados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, estão adequados no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Joinville, 24 de fevereiro de 2021

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011.609/O-8 “F” SC

Fernando de Souza Leite

Contador

CRC nº 1 PR 050422/O-3

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes apresentado.

José Luiz Jansson Laydner

Diretor Presidente

Patricia Fabiana Farrapeira Muller

Diretora Administrativa, Financeira e de Relações com Investidores

Sérgio Roberto Maes

Diretor Técnico-Operacional

Florianópolis, 24 de fevereiro de 2021.

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes apresentado.

José Luiz Jansson Laydner

Diretor Presidente

Patricia Fabiana Farrapeira Muller

Diretora Administrativa, Financeira e de Relações com Investidores

Sérgio Roberto Maes

Diretor Técnico-Operacional

Florianópolis, 24 de fevereiro de 2021.